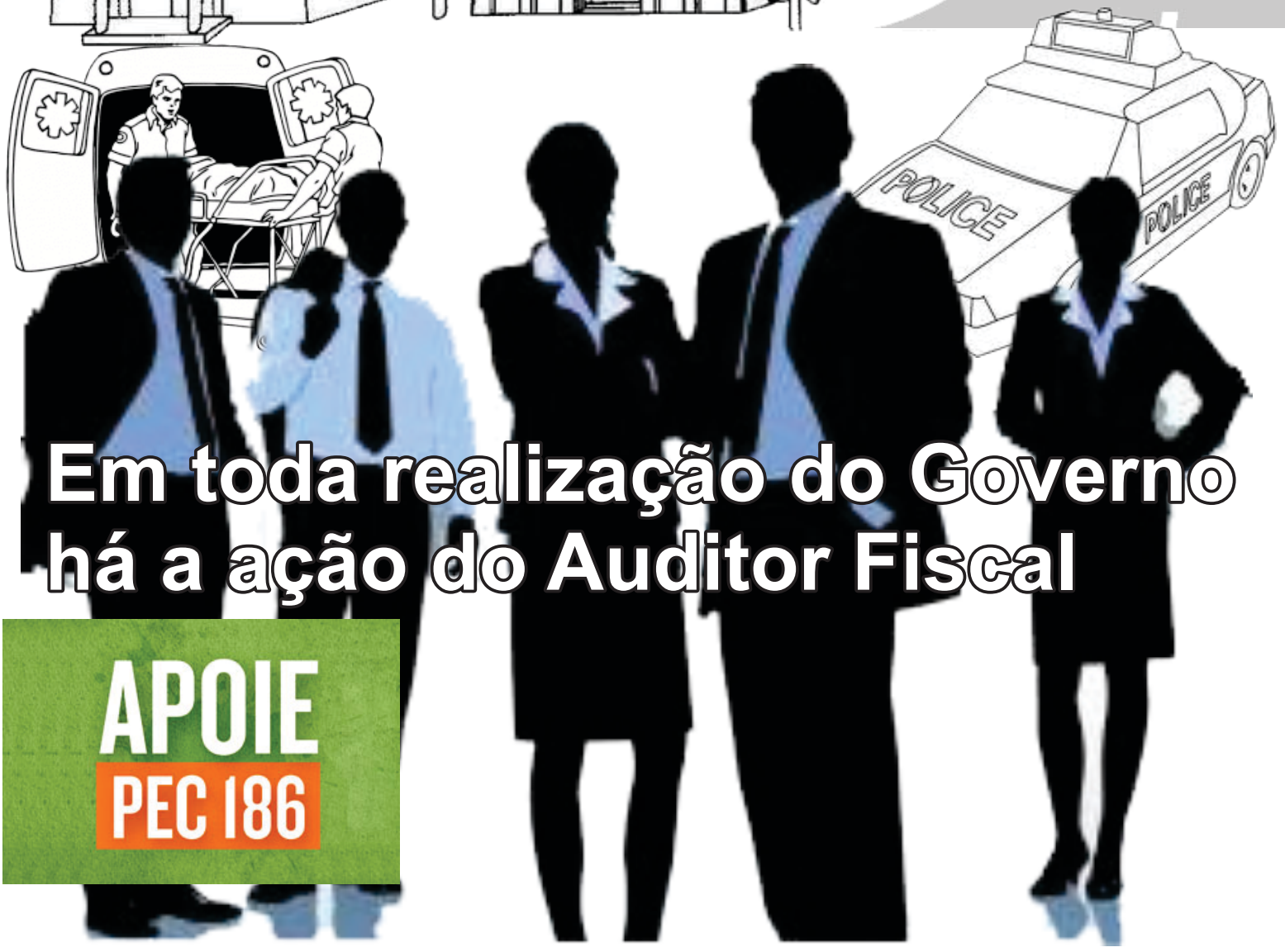
Filiado à:

FENAFISCO
Federação Nacional do Fisco

Informativo FISCO

Revista Trimestral do Sindicato do Fisco Estadual do Acre - Rio Branco - AC - setembro de 2015 - nº 09



Em toda realização do Governo há a ação do Auditor Fiscal

APOIE
PEC 186

Editorial:

Caros leitores,
É com imensa alegria que damos continuidade ao nosso trabalho de divulgar os acontecimentos do nosso sindicato.
Nós últimos três meses, nosso país amarga o desemprego, o aumento da inflação, dos juros exorbitantes e o desrespeito com o trabalhador, principalmente com os servidores públicos que tem se empenhado ao longo dos anos em prestar serviços de qualidade à sociedade e que muitas vezes não tem o devido reconhecimento.
A PLP 257/2016 foi aprovada. A FENAFISCO em conjunto com os sindicatos estaduais, inclusive o SINDIFISCO/AC, trabalhou dentro do Congresso Nacional com objetivo de impedir a aprovação do texto original que retirava direitos dos servidores públicos. Apesar de aprovada, ela sofreu alterações, sendo menos nociva ao servidor. Isso fruto do trabalho da federação e dos sindicatos estaduais.
Apesar do trabalho de alguns sindicatos e organizações contra os desmandos de um governo intransigente, e num discurso de combate a crise brasileira, que na verdade, vem mais uma vez massacrar a classe trabalhadora através da PEC 241/2016. É uma tristeza, representantes do povo,decidirem pela aprovação de medidas que iram penalizar a população brasileira, e que refletem diretamente no servidor público, por meio do congelamento dos salários, por não permitir a realização de concursos públicos e o congelamento de investimento, por um período de vinte anos.
E não é somente o servidor público que sofrerá, toda família brasileira sofrerá com a falta de investimentos na educação, saúde, segurança e investimentos em outros setores, com o sucateamento do serviço público.
Somos um povo tão sofrido pela corrupção e pela impunidade que ainda reza em nosso país, onde algumas carreiras tomam decisões que prejudicam o cidadão. E as punições para esse tipo de crime são brandas, e o que vivenciamos é nosso país sendo saqueado.
Para isso temos que investir ainda mais em educação, sem ela o país ficará cada vez mais a mercê de uma minoria que quer fazer do povo brasileiro, um povo escravizado. Provavelmente a sociedade que deverá novamente pagar o prejuízo das más gestões. Não devemos esquecer que uma educação de qualidade significa uma população esclarecida. Nós brasileiros somos tidos como um povo pacífico, porém, passividade não pode ser confundida com a alienação.
Hoje, mais do que nunca, temos que lutar por um país livre. Livre da corrupção, dos desvios dos recursos e outros desmandos. Mas se isso não começar em nossas casas, em nosso trabalho, em nosso Estado, a luta será em vão, pois como podemos exigir de um governo que nos representa a democracia e o respeito? Se nós mesmos não temos essa atitude, e muitas vezes estamos revestidas de vaidades e se não abrimos mão de nada, não poderemos exigir nada. A união começa em casa.
Essa edição trará uma matéria de extrema importância, que é a educação fiscal. Esse tema é de suma importância para a sociedade. Nosso Estado precisa estar engajado num propósito de conscientizar a população da sua importância como fiscal da gestão desses recursos arrecadados.
Além disso, o informativo retrata as atividades desenvolvidas na semana do auditor que tinha o objetivo de abrir um discurso com a sociedade e desde já realizar atividades de educação fiscal, isso ocorreu quando realizamos dois eventos fora do auditório da SEFAZ. Uma palestra aberta realizada no auditório da UNINORTE, onde além de auditores da receita estadual, estiveram presentes professores, alunos, auditores de outras carreiras e de outras esferas e de cidadãos comuns e a cicleata.
Um grande abraço e vamos à luta!

Leyla Maria Alves da Silva

Informativo FISCO

Nº 8 - setembro de 2016

Av. Brasil, 303 - Centro - 3º andar - sala 302 - Centro Empresarial Rio Branco - Rio Branco - Acre
www. sindifisco-ac.org,br/ - www.facebook.com/sindicatodofisco.estadualdoacre?fref=ts

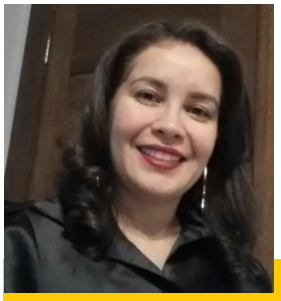
Diretoria Executiva Gestão 2016-2017

Presidente: Leyla Maria Alves da Silva - **Vice-Presidente**: Ayrton Geber - **Diretor-Secretário Geral**: José Roberto Gomes de Sousa - **Diretor-Tesoureiro**: Sílvia Elena Aguirre de Souza - **Diretor-Administrativo**: Reginaldo Soares de Souza - **Diretor de Comunicação**: Cidália Pascoal Viana - **Diretor de Formação Sindical e Relações Intersindicais**: Gláucio Saraiva da Silva - **Diretor para Assuntos Parlamentares e Relações Institucionais**: Nicolas Aurélio Pinto Barbosa Lima - **Diretor Jurídico e de Defesa Profissionais**: Clóvis Monteiro Gome - **Diretor de Aposentados e Pensionistas**: Edson Carneiro da Costa - **Representante Local**: Felix Carlos Aly.

Organização, Matéria Jornalística e Diagramação: José Roberto de Sousa; Samara Lira e Thaynã Correa (Jornalistas Estagiárias)
Correção: Gilson Bardales - Colaboração: Regiane Araujo (Secretária SINDIFISCO)
Fotografia: Diverso - Impressão: public - Impressos Gráficos (3224-4191 - 9968-9035) - Periodicidade: Trimestral - Tiragem: 500 - Distribuição Gatuita

Opinião:

Auditor Fiscal, SEFAZ e Tributos: a relevância da Educação Fiscal para a comunidade



Micheline Pereira Neves
Auditor da Receita Estadual do Acre
Graduado em História e Direito
Pós-Graduada em Psicopedagogia
Mestrado em História

Os Auditores Fiscais têm um papel fundamental junto à sociedade, uma vez que são os responsáveis pelo lançamento e fiscalização dos tributos estaduais, coibindo a sonegação fiscal. É através do seu esforço que boa parte dos recursos chegam aos cofres públicos, possibilitando ao governo a implementação de políticas públicas nas áreas da educação, saúde, transporte, infraestrutura, segurança, entre outras. É necessário divulgar o seu trabalho e suas ações, objetivando despertar a consciência social, para que se possa evitar o distanciamento de sua função com a comunidade. Atualmente, a Secretaria de Estado da Fazenda do Acre, mesmo com todos os avanços tecnológicos e arrecadatórios, não possui um programa de educação fiscal, como existia na década passada ou algum incentivo nesse sentido.

É comum em outros Estados, as Secretarias Fazendárias apoiarem e até desenvolverem esses programas voltados para a comunidade em geral, num esforço para que os cidadãos vejam a importância que envolve a questão tributária. A exemplo de algumas instituições no Estado do Acre, como o Corpo de Bombeiros Militar do Acre – CBMA e a Polícia Militar do Estado do Acre – PMAC, possuem programas com viés social e que são um instrumento de promoção de qualidade de vida, prevenção da criminalidade, da violência etc. Esse conjunto de ações têm como eixos principais a defesa da vida, o respeito à cidadania e a garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

É imprescindível que a população e, portanto, os jovens cidadãos, tenham contato e conheçam a SEFAZ e o trabalho do Auditor, principalmente as ações que são mais visíveis (mercadorias em trânsito), para que sua importância seja reconhecida. A comunidade tem que obter o sentimento de que todos devem zelar e preservar pelos bens públicos, ela precisa se sentir parte integrante, uma vez que é a parte receptora de todo esse processo através dos tributos.

"É comum em outros Estados, as Secretarias Fazendárias apoiarem e até desenvolverem esses programas voltados para a comunidade em geral, num esforço para que os cidadãos vejam a importância que envolve a questão tributária".

Um dos grandes problemas detectados com a ausência da educação fiscal, é que o cidadão passa a visualizar a coisa pública como algo que é alheio ao seu cotidiano, ao seu interesse. Ele se distancia do Estado e vê a fiscalização e a cobrança de tributos como algo pernicioso e antagônico, como se estivesse sendo expropriado, fazendo da relação Estado-Cidadão algo temerário.

Esse sentimento é externado quando a Fiscalização, na figura do Auditor, ao fazer seu trabalho cotidiano, encontra barreiras e hostilidades por falta desse reconhecimento. No contato com o transportador ou diretamente com o contribuinte, é comum que a comunidade se sensibilize mais com o seguimento que sofre a fiscalização, dando uma ideia de "vítima do Estado", do que crie empatia com o trabalho de quem promove a fiscalização.

Isso é fruto do distanciamento com o Estado-Fiscalizador, ou seja, uma ausência de esclarecimentos quanto à finalidade no sentido de que essas ações vão retornar em forma de benefícios para a sociedade. Fazer a população conhecer e reconhecer a importância do trabalho dos Auditores é também, de uma maneira indireta, combater a sonegação, já que se faz necessário divulgar o que é crime tributário e como estes são danosos para o exercício pleno da cidadania.

Portanto cabe destacar para a comunidade o papel dos tributos, como a Secretaria da Fazenda se insere neste processo e como o Auditor procede em suas ações fiscais. É importante se formar cidadãos conscientes e estimular, nos jovens, o significado e a relevância dos tributos na condução do bem estar social, incentivando a participação da sociedade, melhorando a percepção sobre os malefícios da sonegação fiscal, despertando o sentimento de cidadania.

Eventos:

VI SEMANA DO AUDITOR FISCAL

,Responsabilidade da Administração Tributária

O Sindicato do Fisco Estadual do Acre promoveu, durante uma semana, uma série de palestras e ação cultural para toda categoria, em comemoração ao dia do auditor fiscal. O início do evento ocorreu no dia 19 de setembro, e mostraram-se presentes as autoridades, Joaquim Manoel Mansour Macêdo, representando a Secretaria de Estado da Fazenda, João Marcos de Souza, vice-presidente da Fenafisco, Leyla

Maria Alves da Silva, presidente do Sindifisco – AC, e, Denis Ricardo Cunha Costa, presidente em exercício da Asfit.

A presidente do Sindifisco/AC, Leyla Alves, durante a abertura da solenidade, enfatizou a importância da semana do auditor como uma forma de divulgar para a população a relevância do trabalho realizado pelos profissionais da área fiscal. “O auditor Fiscal é uma peça fundamental, pois assegura ao Estado a entrada de recursos para investir na prestação de serviços públicos de qualidade, como a educação, saúde e segurança”, afirma.

Conforme a programação, o vice-presidente da Fenafisco, ministrou a palestra com o tema “Responsabilidade da Administração Tributária”, informando aos presentes sobre o verdadeiro cenário de crise do Brasil nos últimos meses, e sobre os riscos que o servidor público corre pela falta de segurança jurídica no País.

Conforme João Marcos, o caminho a ser seguido pelo Fisco é a união e participação ativa dentro dos Sindicatos, entre a categoria com ativos e aposentados, para conquistar uma carreira de sucesso, e para que os servidores públicos não percam direitos adquiridos, em função de erros cometidos pela administração do Estado.

A Previdência do Servidor Público do Acre

Em continuidade as comemorações do dia do auditor, no dia 20 de setembro, o Diretor de Previdência do Acreprevidência, José Santos Pereira ministrou a palestra com o tema “A Previdência do Servidor Público do Acre”, explicando aos presentes sobre a necessidade da análise cautelosa antes da solicitação de aposentadoria. Para ele, o servidor deve aposentar caso obtenha os requisitos de idade e se estiver alcançado o teto máximo de remuneração.

Segundo José Santos, um recurso que está sendo discutido do Supremo Tribunal Federal (STF), é quanto a metodologia de cálculo da produtividade que será incorporado na aposentadoria. Nesse caso, a fórmula utilizada é a regra aritmética simples que calcula a média dos últimos 36 meses, se houver variação entre o valor dos ganhos, consequentemente, a média será

menor, o que pode comprometer o provento, pois ficará em desacordo com a constituição no que se trata de integralidade e paridade.

Na oportunidade, o palestrante tirou dúvidas pertinentes à Previdência, esclareceu os reais gastos e a forma administrativa da Instituição. No final da palestra, o Sindifisco ofereceu aos presentes um coffe break, o que possibilitou um momento de interação e conversa entre a categoria.

A Previdência do Servidor Público e sua evolução

Em continuidade as comemorações do dia do auditor, na tarde do dia 21 de setembro, o Diretor de aposentados e pensionistas da Fenafisco, Celso Malhani de Souza, ministrou a palestra com o tema “A Previdência do Servidor Público e sua evolução”, explicando aos presentes sobre a previdência em âmbito nacional, que tem como função garantir seguridade social

ao trabalhador.

Para Malhani, o grande problema do programa é a distorção causada pela

administração pública, que utiliza o recurso para financiar aposentadoria de não contribuintes, ou seja, a conta da previdência passa a funcionar como programa de assistência social.

Ao término da palestra, o Sindifisco/AC realizou um sorteio entre os presentes, com entrega de brindes, como forma de descontração e agradecimento pelo prestígio do evento.

Administração tributária autônoma

Em continuidade as comemorações do dia do auditor, no dia 22 de setembro, o Sindicato do Fisco Estadual do Acre (Sindifisco/AC) em parceria com a Uninorte, promoveu a palestra com o tema "Estado Democrático de Direito, Administração Tributária e Direitos Fundamentais", ministrada pela Drª. Adriana Schier, Professora, Diretora Acadêmica, Advogada e Consultora para assuntos da Administração Tributária de diversos Sindicatos Nacionais e Regionais.

Na oportunidade, a presidente do Sindifisco/AC, Leyla Maria Alves de Souza, cumprimentou os componentes da mesa de honra, entre eles, a Drª. Adriana Schier, o Diretor de Administração Tributária da Secretaria de Estado da Fazenda, Israel Monteiro de Souza, o representante da OAB/AC, Marcio Danzicourt Pinto, o Coordenador do curso de direito da Uninorte/AC, Adriano dos Santos Lurconvite, o representante da Procuradoria Fiscal, Rafael Pinheiro Alves, e cerca de 300 acadêmicos dos cursos de direito e contabilidade da Uninorte, Auditores Fiscais e convidados.

A presidente do Sindifisco/AC, enfatizou que a atividade realizada pelos auditores fiscais é de suma importância, pois os recursos arrecadados por eles serão revertidos nos setores da educação, saúde, segurança e na infraestrutura, ou melhor, dizendo na manutenção do Estado, trazendo benefícios a sociedade.

Em seguida, a palestrante saudou os presentes e reafirmou a importância dos Auditores Fiscais, como agentes indispensáveis para a construção de um Estado melhor. "É preciso que a sociedade reconheça que a Administração Tributária é essencial para que os cidadãos alcancem seus direitos fundamentais, à vida, à saúde, à educação, à segurança", ressalta.

A palestrante também destacou a necessidade de uma categoria fiscal organizada, com servidores valorizados e reconhecidos pela sociedade como agentes públicos essenciais para o Estado Brasileiro. Segundo ela, esses objetivos podem ser alcançados com a

aprovação de uma Lei Orgânica da Administração Tributária (LOAT), que permitirá a reestruturação da carreira e maiores níveis de arrecadação, para implementar o desenvolvimento social através da justiça fiscal.

Vida Além da Fiscalização

De forma descontraída, foi finalizado

o ciclo de palestras da VI Semana do Auditor. Na manhã do dia 22 de setembro, a Psicóloga Maria Margarida de Sá de Souza ministrou a apresentação com o tema: "Vida Além da Fiscalização", no auditório da Secretária de Estado da Fazenda (SEFAZ).

Na oportunidade, a psicóloga ressaltou aos presentes sobre a importância dos cuidados físicos e mentais, principalmente, no que diz respeito ao stress causado pelas atribuições do dia-a-dia. A profissional afirma também que a busca pelo equilíbrio emocional é essencial para uma melhor qualidade de vida.

Durante a conversa, Margarida de Sá ensinou aos colegas um exercício simples de relaxamento mental que aliados à prática de exercícios físicos, possibilita uma melhora considerável da saúde a

curto e médio prazo.

* Todas as matérias relacionadas à Semana do Auditor Fiscal são de responsabilidade da Estagiária de Jornalismo do SINDIFISCO/AC, Thaynã Corrêa.

ALEAC realiza sessão em homenagem ao dia do Auditor Fiscal

A Assembleia Legislativa do Acre (ALEAC) recebeu, na manhã do dia 21 de setembro, o Sindicato do Fisco Estadual do Acre (Sindifisco/AC) com objetivo de homenagear os auditores fiscais pelo Dia do Auditor Fiscal. Para compor a mesa solene, estiveram presentes as autoridades, Vice-Presidente da ALEAC Deputado Éber Machado, os Deputados Heitor Júnior, do PDT e Josa da Farmácia, do PTN, a Presidente

do Sindifisco/AC, Leyla Maria Alves de Souza, o Diretor de Administração Tributária da Sefaz, Israel Monteiro de Souza, e o Diretor de Aposentados e Pensionistas da Fenafisco, Celso Malhani de Souza.

No primeiro momento, o 1° Vice-presidente da ALEAC, deputado Éber Machado (PSDC), agradeceu a presença dos auditores e afirmou que o trabalho desenvolvido pelo Fisco é de fundamental importância para o desenvolvimento financeiro do Estado. Em seguida, o proponente da iniciativa, Deputado Heitor Júnior (PDT), elogiou o trabalho desenvolvido com ética e dignidade pelos servidores, e ressaltou que o Acre é um dos únicos Estados sem registro de atos de corrupção no Fisco. O deputado Josa da Farmácia (PTN) também aproveitou a ocasião para parabenizar os auditores do Estado, e assegurou que o Fisco tem o respeito dos comerciantes acreanos, fruto da ética empregada.

A presidente do Sindifisco/AC, Leyla Alves, agradeceu a oportunidade e destacou que o Fisco é responsável por

trazer recursos para o Estado, fundamental para o desenvolvimento eficaz das políticas públicas, como saúde, educação e segurança, afirmou ainda que a categoria deseja estreitar os laços com o parlamento acreano.

Na ocasião, Israel Monteiro, Diretor de Administração Tributária, parabenizou a classe e esclareceu aos presentes que o Fisco não promoveu o acréscimo no valor dos tributos: "O Governador Tião Viana afirmou que não ocorreu aumento na cobrança dos impostos do IPVA e do ICMS", finaliza.

Celso Malhani, Diretor de aposentados e pensionistas da Fenafisco, frisou que o Dia do Auditor Fiscal é uma data importante a ser comemorada, e ressaltou que a autonomia do Fisco é necessária para um trabalho justo, ético e eficaz, uma vez que só beneficiará o bem público e social.

Cicleata fecha a VI Semana do Auditor Fiscal

No encerramento da VI Semana do Auditor, o Sindicato do Fisco Estadual do Acre promoveu a 1ª Cicleata do Auditor Fiscal, na manhã do dia 24 de setembro. O encontro iniciou na Concha Acústica, e contou com a presença de representantes do fisco estadual e municipal, de familiares, conhecidos e membros da Federação Acreana de Ciclismo.

Durante o percurso, até a sede da ASFIT, os ciclistas tiveram apoio de batedores disponibilizados pelo

Detran para garantir a segurança dos participantes. Na chegada, o Sindifisco recepcionou os colegas com um delicioso café da manhã, logo após foi realizado um sorteio de brindes entre os presentes.

Na oportunidade, a presidente do sindicato Leyla Alves, agradeceu a participação de todos pelo prestígio dado ao evento e ressaltou a alegria e o sentimento de dever cumprido pelo sucesso alcançado durante a programação da VI Semana do Auditor. A presidente aproveitou a ocasião para discursar aos presentes sobre a importância do auditor fiscal para a sociedade.

Ponto de Vista:

Dia do Auditor Fiscal Tributário, muito pouco para comemorar

José Roberto Gomes de Sousa
Auditor da Receita Estadual do Acre
Graduado em Letras Vernáculo
Pós-Graduado em Direito Tributário.

No dia 21 de setembro, comemora-se o dia do Auditor Fiscal, agente público, encarregado pela coleta dos impostos reclamados pelo Estado e repassados por meios dos empresários, comerciantes e outros, erroneamente chamados de contribuintes, uma vez que os reais pagadores dos impostos, em primeira instância, são os consumidores finais dos produtos afins.

Tenho buscado uma explicação lógica para a escolha desta data, pelo menos aqui no nosso Estado, sem nenhum sucesso. Parece que, como a maioria das coisas, as datas também são porque são, e deve bastar. Nesse caso específico, parece que, como o Brasil, que tem em sua natureza original, uma forte influência religiosa católica, há uma relação direta com o dia de São Mateus que, segundo a tradição bíblica, foi um coletor de impostos e que, ao ser chamado por Jesus Cristo, veio a se tornar um dos doze Apóstolos e depois escritor dos textos da Bíblia. Isso é tão somente suposição e que tem pouca importância diante da grandiosidade que deveriam ter os profissionais responsáveis por tão espinhosa missão, mal compreendida e estigmatizada, desde os primórdios das civilizações organizadas. O próprio Livro Sagrado, há pouco citado, colabora, e muito, para tais interpretações, conforme uma visão social; remete para um pré-julgamento, segundo a provável promoção do desvio de personalidade dos que são encarregados, sem nem mesmo tentar compreender o "homem" por trás da função. Felizmente, segundo a visão econômica do Estado, existe uma fundamental e necessária importância para os fins deste.

A carta Magna do Brasil, no seu art. 37 que trata dos princípios das administrações públicas direta e indireta, reza no inciso XVIII, que a "administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e jurisdição, precedência sobre os demais setores administrativos, na forma da lei" e ainda no inciso XXII que "as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas,...". Porém ainda há uma ampla discussão política que busca definir claramente quais são as carreiras de Estado e quais as garantias e deveres para esses servidores.

Inclusive esta tem sido a bandeira de luta da PL 3.351 de 2012, de autoria do ex-deputado federal João Dado, Auditor Fiscal pelo Estado do São Paulo que, infelizmente, não conseguiu se reeleger nas últimas eleições, que propõe a definição das "atividades consideradas exclusivas de Estado e estende às respectivas carreiras, direitos, deveres, prerrogativas e competências necessárias e fundamentais ao pleno exercício da atividade estatal".

Vale, contudo, ressaltar que tudo aqui colocado representa tão somente uma visão de quem gostaria que as coisas fossem interpretadas com mais justiça, razão e reconhecimento, mas dificilmente chegaremos a qualquer conquista nesse campo se continuarmos a ter a postura assumida até aqui, onde parece prevalecer os interesses pessoais e, no máximo, de pequenos grupos; pelo menos essa tem sido as minhas conclusões. Nesses meus 36 anos na função, a ser completado no próximo mês de novembro, o que tenho visto é uma classe que se antagoniza dentro do tempo e do espaço, segundo as tendências do contexto, sem nunca ouvir a razão; sempre foi assim, a única diferença tem sido o *modus operandi,* conforme o tempo e o interesse. Até mesmo o Sindicato, uma conquista com muita luta e dificuldade, segundo a história recente dos Pais, tem conseguindo encontrar meios capazes de trazer a categoria, como um todo, para o debate favorável aos interesses comum; é tudo de bom para a alta gerência que nem perde tempo em longos e enfadonhos debates. Se hoje ainda temos um Sindicato, este, praticamente, funciona na base da garra e da determinação de um pequeno grupo de Auditores, principalmente, da Presidente Leyla, determinados a não deixar as vaidades "engolir" este que ainda consideramos "Campo de Luta e de Batalha" capaz de nos conduzir, pelo menos para os que ainda têm pela frente anos de serviço a prestar ao Estado, as vitórias e conquistas que o jogo da política sempre nos submeteu e submeterá; nada será entregue ou oferecido de graça ao servidor/trabalhador pelo patrão, isso é estratégia do jogo que norteia as regras da cadeia, fundamentais à democracia.

Infelizmente nem todos querem compreender, ou aceitar que, embora as opiniões contrárias, nada deve ser maior, ou sobrepor-se, aos interesses comuns; agindo ao contrário, enfraquecemos o coletivo e, praticamente, eliminamos o indivíduo e a vitória será daquele que deveria ser a meta.

Que o Dia do Auditor Fiscal seja uma oportunidade para refletirmos o nosso papel, a nossa função e a nossa missão e qual a nossa real importância aos interesses do Estado e da sociedade. Qual tem sido o comportamento de cada um de nós na construção e na consolidação de uma classe forte, representativa e fundamental à vocação da soberania com autonomia, transparência, lisura e fidelidade à missão a nós confiada e capaz de transmitirmos segurança e confiança na parceria com o Estado e a com a Alta Gestão que sempre vão esperar e cobrar de cada um de nós o melhor no desempenho do dever.

Entendendo a PLC 257/2016

A forte pressão exercida por todas as entidades sindicais representativas dos servidores públicos levou o governo a concordar com a retirada do texto da exigência dos estados congelarem por dois anos as remunerações dos servidores públicos. A FENAFISCO esteve presente com dezenas de dirigentes sindicais, entre eles a presidente do SINDIFISCO/AC, Leyla Maria Alves da Silva, que fizeram um grande trabalho junto aos parlamentares, principalmente líderes, buscando minimizar os prejuízos que o projeto traria.

Durante todo o andamento do projeto, a FENAFISCO apresentou dezenas de emendas conforme os substitutivos eram apresentados. Por último, foi articulada a apresentação, pelo PPS, de um destaque de bancada, que excluía o inciso II do art. 4º e que acabou incorporado pelo relator.

Esse inciso proibia a concessão de reajuste ao funcionalismo público por 24 meses, preservando apenas os oriundos de decisão judicial ou lei anteriormente aprovada.

Alguns destaques ainda estão pendentes de alteração. Dois deles dizem respeito aos artigos 7º e 8º do substitutivo, que tratam da modificação, na Lei Complementar 148/14 e na Lei 9.496/97, respectivamente, da expressão "funcionalismo público" por "despesas com pessoal". Essas leis tratam da negociação das dívidas feita no ano de 1997 e da renegociação autorizada no ano de 2014.

O terceiro destaque trata de limite para a utilização do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados no pagamento de dívidas.

O último destaque é o que resgata, a pedido da FENAFISCO, a alteração da Lei de Responsabilidade Fiscal que exclui as Administrações Tributária dos limites previstos nos art. 23 e 24 da LC 101/01.

* Fonte: FENAFISCO

Convênios: Nossos parceiros que fazem a diferença

MARTINS
Advogadas Associadas
IPOG
DR. REY Vinitz
Ótica Hollywood
99903-2187/99829663
9995-5874
D'Imagem
Centro de Diagnóstico por Imagem
Unimed
FAAO
FACULDADE DA AMAZÔNIA OCIDENTAL

Errata:

Na edição nº 8, do ultimo mês de junho, por motivos técnicos, no fechamento da diagramação, acusamos falhas que prejudicaram a conclusão do entendimento de algumas matérias. A fim de reparar tal problemas trazemos, de forma orientada, os elementos que ficaram faltando:

Página 5:

b) Ano 2017: 40% (UF Origem) e 60% (UF Destino;
c) Ano 2018: 20%(UF Origem) e 80% (UF Destino) e
d) Ano 2019: 100% (UF Destino).

Página 6:

Não podemos esquecer que todas as conquistas trabalhistas realizadas até hoje foram obtidas com muita luta.

Página 7:

A luta continua, porém agora, assentada em outro patamar.

* Entrevista organizada pela Jornalista Estagiária Thaynã Corrêa.

Página 8:

* Da Secretaria do SINDIFISCO/AC, com a colaboração de Regiane Araújo.